



O eu, o outro e o transcendente em 1Pedro: ponderações bíblico-filosóficas

The self, the other and the transcendent in 1Peter:
biblical-philosophical considerations

*Eduardo Rueda Neto**

Casa Publicadora Brasileira

Recebido em: 20/07/2023. Aceito em: 12/02/2024.

Resumo: *Este ensaio parte da premissa de que, como ente no mundo, o ser humano se relaciona com a realidade em três níveis de reconhecimento: a subjetividade, a alteridade e a transcendentalidade. Com base nesse postulado, procura-se refletir nessas três dimensões humanas a partir da Primeira Epístola de Pedro, documento bíblico que, dirigido a uma comunidade de crentes sofredora do primeiro século, demonstra profunda sensibilidade a questões existenciais que se referem à relação do ser humano consigo mesmo, com o outro e com o Transcendente. Por fim, conclui-se que a singularidade humana só é plena à medida que imerge na pluralidade do reconhecimento de outros entes e em sua ligação com Deus.*

Palavras-chave: *Subjetividade; alteridade; transcendentalidade.*

Abstract: *This essay begins with the premise that, as beings in the world, humans relate to reality on three levels of recognition: subjectivity, alterity, and transcendentality. Building upon this postulate, this study seeks to reflect on these three dimensions of human existence through the lens of the First Epistle of Peter, a biblical document addressed to a suffering community of believers in the first century. This epistle demonstrates profound sensitivity to existential questions that pertain to the relationship of human beings with themselves, others, and the Transcendent. In conclusion, it is asserted that human uniqueness is only fully realized as it immerses itself in the plurality of recognizing other beings and in its connection with God.*

Keywords: *Subjectivity; alterity; transcendentality.*

* Doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, 2024). Mestre em Teologia (Universidad Peruana Unión, UPeU, 2017). Bacharel em Filosofia (Universidade Católica de Brasília, UCB). Bacharel em Teologia (Centro Universitário Adventista de São Paulo, UNASP).

E-mail: eduardo.rueda.neto@gmail.com.





Introdução

O ser humano é um ser tridimensional, não apenas por ter faculdades físicas, mentais e espirituais (cf. 1Ts 5,23), mas também porque sua relação com a realidade se expande em três direções, três níveis de reconhecimento.¹ O primeiro nível, mais elementar, é a subjetividade (a consciência de si mesmo). Por meio dela, o ser humano se reconhece como um *eu* no mundo. É o fundamento do “penso, logo existo” de Descartes (2020), premissa básica para o senso de identidade. O segundo nível de relação com a realidade é a alteridade (a consciência quanto ao outro). Uma vez reconhecida a existência do eu, o restante do que há constitui o *outro*, e este se particulariza nos entes percebidos à nossa volta. Em se tratando de um outro semelhante, isto é, um ente humano, a particularização se dá de forma espelhada, ensejando um processo de identificação do “meu eu” com o “eu do outro”. O terceiro nível de relação com a realidade ocorre como decorrência natural dos anteriores. Ao reconhecer a existência do eu e do outro, o ser humano cogita do que está além. A possibilidade de um *outro transcendente*, ou seja, que extrapole a realidade sensível, um existir que exceda os fenômenos, brota-lhe naturalmente e o atrai. Capturado por esse impulso para o alto, o *homo religiosus* (Leeuw, 2002, p. 30) desenvolve sua espiritualidade e se entrega à experiência mística, com o sobrenatural. Esse é o nível da transcendentalidade (a consciência do que está além da realidade sensível).

A fim de refletir bíblicamente sobre os três níveis de relação com a realidade mencionados acima, escolheu-se, como texto-base para este ensaio, a Primeira Epístola de Pedro. Escrita para prover respostas, orientação e encorajamento aos cristãos perseguidos do primeiro século, essa carta revela um conteúdo teológico profundo que vai ao encontro de questões existenciais latentes. De suas linhas e entrelinhas, é possível extrair uma reflexão teológica e filosófica que contempla a relação do ser humano consigo mesmo, com o próximo e com Deus.

Neste ensaio se optou por apresentar a transcendentalidade em primeiro lugar, seguida da subjetividade e alteridade, por se entender que, na epístola, a relação do ser humano com Deus lança as bases teo-

¹ Por “tridimensional” o autor não quer dizer “tricotômico”. O texto de 1 Tessalonicenses 5,23 sugere muito mais a unidade/integralidade do ser humano do que sua divisão em partes. A tridimensionalidade significa apenas que o ente se estende em três horizontes da realidade, como quando nos referimos a um objeto com comprimento, largura e profundidade.



lógicas para os temas que se desenvolvem ao longo da carta. Decidiu-se também utilizar uma linguagem mais literária e menos acadêmica, para dar ao texto um caráter ensaístico e reflexivo, com maior fluidez dos pensamentos. Por essa mesma razão, não se oferece aqui uma exegese do texto bíblico, propriamente, embora o autor não tenha prescindido da devida análise exegética prévia. Na realidade, as referências à epístola petrina serão, em sua maior parte, indiretas; entretanto, do começo ao fim, ela constituirá o substrato da reflexão.

Por último, é importante observar que, uma vez que a carta se destina à igreja dos tempos apostólicos, o ser humano arquetípico apresentado no texto é o *cristão*, cujo modelo supremo, por sua vez, é a pessoa divino-humana de Jesus Cristo. Portanto, ao se tratar das questões existenciais pertinentes ao cristão, inclui-se também o gênero humano em sua totalidade, resguardadas as peculiaridades de tal correspondência.

1 A relação do ser humano com o Transcendente (transcendentalidade)

Na pessoa do cristão, o ser humano é eleito pelo Divino (cf. 1Pd 1,1). Nessa relação entre o imanente e o Transcendente, a eleição representa a convergência do finito com o Infinito, do limitado com o Ilimitado. Tal convergência é sempre de iniciativa divina. Como disse Jesus: “Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós” (Jo 15,16).² Eleger demanda volição. Deus nos escolhe porque quer, e quer porque nos ama (cf. Jr 31,3). A eleição é uma ação transitiva, que demanda sempre um objeto; logo demanda relação. Na eleição há pacto, há aliança; há também afeto, pois amor é decisão. E a decisão é trinitária, pois a inteira Divindade se envolve no chamado. Tão volitivo quanto eleger, porém, é ser eleito. Os que são considerados escolhidos o são porque aceitaram livremente o chamado divino (Nichol, 2014, p. 600).

Somos eleitos com base na presciência de Deus, pela providência daquele que, embora saiba o fim desde o princípio (cf. Is 46,10), respeita a liberdade humana de escolher ser escolhido (cf. Dt 30,19). E como é realizada a eleição do ser humano? Ela é efetivada “em santificação do Espírito” (1Pd 1,2), isto é, pelo poder do Espírito Santo, que purifica do pecado o eleito (Kistemaker, 1987, p. 36).

² Os textos bíblicos citados neste ensaio foram extraídos da versão Almeida Revista e Atualizada, 2a edição, salvo outra indicação.



Aquele que elege santifica, e o que santifica habilita. E habilita para quê? “Para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo” (1Pd 1,2), isto é, para a redenção e purificação. Em Cristo, o ser humano é chamado para ser liberto; e, liberto, está apto a obedecer — não por si mesmo, mas pela habilitação do alto.

Conquanto eleito pelo Céu — e justamente por essa razão —, o ser humano é forasteiro no mundo, é peregrino, disperso neste exílio temporal (cf. 1Pd 1,1.17).³ Como os judeus na antiga Babilônia, ao cristão, a contragosto, cabe habitar num mundo que lhe é hostil (cf. Sl 137,1-2; 1Pd 5,13⁴), que não é seu, enquanto não lhe é dado regressar à pátria da qual é cidadão (cf. Fp 3,20-21). Os cristãos “são apenas residentes temporários onde quer que habitem” (Cleave, 1999, p. 19). “Ser forasteiro é sua sina difícil e ao mesmo tempo gloriosa”, pois “aquele que foi chamado por [Jesus] para fora do mundo e escolhido para ser propriedade exclusiva dele torna-se assim compulsoriamente um corpo estranho no mundo (cf. Jo 15,19)” (Holmer, 2008, p. 138).

Exilado como seja, contudo, o viajante humano conta em sua trilha com as transcendentais graça e paz, que lhe são multiplicadas (cf. 1Pd 1,2). É peregrino, mas não caminha só. Não palmilha solitário a estrada. Tem um Pai (cf. 1Pd 1,3). Pai que, em sua vasta misericórdia, regenera o velho ser humano e, com a nova vida, dá-lhe viva esperança mediante a ressurreição do Filho, o Homem-modelo. Assim o ser humano sem lar se torna, de repente, herdeiro, dono de “herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos Céus” (1Pd 1,4). Mas é posse adiada, pois não a pode agora assumir, em sua peregrinação. Enquanto isso, Deus guarda a herança no Céu e o peregrino na Terra, protegido pela fé até que se efetive a salvação (cf. 1Pd 1,5).

Por essa fé, o peregrino segue sem ver aquele que o guia. Não o vê, mas o ama, e se alegra com indizível expressão (cf. 1Pd 1,8). Partilha assim da bênção jesuânica, de que felizes são aqueles que não viram e

³ A metáfora bíblica do cristão como peregrino em sua jornada terrena rumo à pátria celestial foi cristalizada na história da igreja cristã pela clássica alegoria de John Bunyan (2013).

⁴ A referência à Babilônia como o local em que a epístola foi escrita (1Pd 5,13) é enigmática. No entanto, como comenta H. D. Lopes (2019, p. 369), “a maioria dos estudiosos, dentre eles os pais da Igreja, Eusébio e Jerônimo, entende que Pedro escreveu sua carta de Roma e, por se tratar de um tempo de perseguição, preferiu referir-se à capital do império por meio de códigos”. O fato de Babilônia estar relacionada ao exílio e dispersão do povo de Deus é significativo em vista do público-alvo e dos temas subjacentes da carta.



creem (cf. Jo 20,29). O resultado final disso é a salvação do ser (cf. 1Pd 1,9). Portanto, pode-se dizer que:

Essa fé triunfante no Cristo que não vimos tem dois resultados. No presente, os cristãos podem ter alegria inefável ainda em meio às dificuldades, e para o futuro têm a perspectiva de desfrutar dessa salvação em plenitude na presença de Jesus (Wheaton, 1999).

Ansiando perscrutar a sublimidade dessa salvação, como os anjos igualmente anelam contemplá-la, homens santos do passado inquiriram a respeito do tempo e da ocasião em que ela havia de se manifestar e, por divina revelação, anunciaram as dores e glórias do Messias (cf. 1Pd 1,10-12). Pelo Espírito Santo que nele habita, o humano fiel, cuja míope visão não ultrapassa, por si mesma e naturalmente, os muros do tempo, é transportado ao futuro, onde seu olhar se espraia no horizonte da eternidade e se perde no infinito. Sem a mediação do Espírito, jamais o homem limitado, temporal, seria capaz de transcender a clausura de si mesmo.

Os profetas sentiram dentro deles a operação do Espírito. Eles sabiam que a voz misteriosa que enchia suas almas era a sua voz. Suas declarações nem sempre eram claras; eram às vezes obscuras e místicas, mas o coração dos profetas foi tocado ao máximo; eles buscaram com fervorosa oração e pensamento devoto os propósitos de Deus anunciados na revelação (Spence-Jones; Exell, 2004, p. 7).

Antes, porém, de transcender o próprio eu e alçar voo à sublimidade dos mistérios revelados pelo Espírito Santo, deve o ser humano permitir que este o leve à santidade, pois santificar é a atividade primordial do Espírito no coração (cf. 1Pd 1,2; 1Co 6,11). Nesse processo, a referência é o próprio Deus: “Sede santos, porque eu sou santo” (1Pd 1,16). Tais palavras, oriundas do Antigo Testamento (cf. Lv 11,44; 19,2; 20,7), encontram eco também no imperativo de Cristo: “Sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste” (Mt 5,48). Não se espera com isso que o ser humano seja exatamente como Deus. Essa seria petulância análoga à de Lúcifer⁵ (cf. Is 14,12-14), ilusão nutrida também por Eva ao participar do fruto que supostamente a tornaria conhecedora do bem e do mal (cf. Gn 3,5). Obviamente, ao requerer do ser humano santidade, Deus sabe que da imundícia não se pode extrair pureza (cf. Jó 14,4), a não ser por

⁵ A tradição cristã tem visto uma aplicação mais ampla da linguagem usada em Isaías 14,12-15 e Ezequiel 28,11-19 na descrição do rei da Babilônia e do rei de Tiro. A referência feita neste ensaio alude à mencionada tradição.



ato sobrenatural. “Ele conhece a nossa estrutura e sabe que somos pó” (Sl 103,14). O que se pede do ser humano, pois, não é santidade ou perfeição absoluta. “Como Deus é perfeito em Sua esfera, assim pode o homem ser na sua” (White, 2007, p. 591). É na relatividade dessa relação que o ser humano atinge a plenitude de si mesmo.

Só é santo quem se conecta com o Divino, e só se une a ele quem é santo. Via de mão dupla, paradoxo. Se, por um lado, “não podemos esperar desfrutar de uma comunhão íntima com Deus, que é santo, a menos que também sejamos santos” (Constable, 2003), por outro lado, é *ele mesmo* quem nos santifica (cf. Ez 20,12), retirando a impureza que impede ao mortal chegar à presença do Eterno (cf. Is 6,5-7).

A divina santificação, porém, não remove a natureza pecaminosa inerente ao ser humano, pois esta o há de acompanhar até a *parousia* (cf. Sl 51,5; 1Co 15,52-53). O velho homem morreu, mas seu cadáver putrefato é arrastado pelo peregrino enquanto atravessa o exílio da vida presente. É essa a sua sina enquanto vive aqui e almeja se livrar do “corpo desta morte” (Rm 7,24). Apesar disso, contudo, é livre, foi resgatado — não com ouro e prata perecíveis, mas com o sangue do imaculado Cordeiro (cf. 1Pd 1,18-19). Era servo do mal, escravo de si mesmo e da vida fútil que levava. Mas, comprado, agora serve a outro senhor, embora o antigo ainda insista em afrontá-lo.

Ainda sobre a natureza pecaminosa, pode-se dizer que o ser humano pós-pecado não é o bom selvagem de Rousseau (2013). Assemelha-se mais ao humano aguerrido e caótico de Hobbes (2020). É, contudo, uma contradição em si mesmo. É mau e bom ao mesmo tempo, anjo e demônio. Conserva em si algo de divino, mas se rebaixa à vileza infernal. “Porque não faço o bem que prefiro, mas o mal que não quero, esse faço” (Rm 7,19), disse Paulo. Entretanto, nele ainda está a *Imago Dei*. Dele ainda exala “o bom perfume de Cristo” (2Co 2,15), quando a entrega é verdadeira. De seu interior ainda fluem “rios de água viva” (Jo 7,38), quando crê.

É desse coração, que jorra ora água doce ora amarga (cf. Tg 3,11), que se espera o fluir da gratidão por haver sido comprado de uma vida sem valor (cf. 1Pd 1,18). E não há melhor maneira de o ser humano demonstrar tal reconhecimento do que rendendo ao Divino o seu inteiro ser (Wiersbe, 1992, p. 742).

Despido de sua velha vida e das cicatrizes de maldade e dolo, hipocrisia, inveja e maledicência, o ser humano renascido deve desejar não



mais os objetos de sua antiga concupiscência, mas, qual recém-nascido, o genuíno “leite espiritual”, que alimenta a nova vida que agora possui (cf. 1Pd 2,1-2). A ele é dado provar a bondade do Senhor (cf. 1Pd 2,3; Sl 34,8). Ao experimentar o divino, a alma é satisfeita. E por ser Deus satisfatório à alma, deve o crente dele se nutrir para que, assim desenvolvendo-se, alcance a esperada salvação (McKnight, 1996, p. 105).

O Transcendente se faz imanente. Ao permitir que se lhe experimente a bondade, o ser incompreensível demonstra não ser incognoscível. Dá-se a conhecer. Permite o contato do humano e o convida à experiência. Como a Tomé, chama o ser humano a tocar-lhe as chagas (cf. Jo 20,27), pois a religião do Evangelho não se faz sem o toque da fé. Nas Escrituras, o Divino não é abstração platônica; é ato puro, realidade concreta.

Dessa concretude, as rochas lhe servem de metáfora. É pedra eterna, permanente, inquebrável. Não é, porém, pedra inerte, mas vivente, de valor incalculável, aferido por padrões divinos, não humanos (cf. 1Pd 2,4). Pela comunhão com a Pedra, fazemo-nos outras pedras, igualmente vivas, que juntas compõe o templo místico, espiritual, símbolo da igreja (cf. 1Pd 2,5). Aqui se fala de imitação (Richard, 2000, p. 85). Nessa comunhão com o Divino, tornamo-nos parte não somente dele mesmo, em certo sentido, à medida que participamos de sua vida e permanência, mas também nos fazemos parte uns dos outros, visto que pedra alguma, sozinha, compõe um edifício. Desse modo, a transcendentalidade humana desemboca na mais plena alteridade. A subjetividade, entretanto, é mantida, uma vez que a inteireza de uma parede não extingue a individualidade dos blocos que a perfazem. Com isso se pode ilustrar a prece de Jesus para que seus filhos fossem um (cf. Jo 17,11.21-22). Esse é também o mistério trinitário — um que são três, e três que se fazem um sem abdicar de sua pessoalidade (Canale, 2011, p. 137-156).

Inquebrantável, a Pedra, todavia, faz-se “vulnerável” ao se permitir a rejeição. Livre que é, pode o ser humano rejeitá-la e nela tropeçar (cf. 1Pd 2,7-8). Tal vulnerabilidade, porém, não é ontológica, mas circunstancial. É relativa, não absoluta. Por amor, Deus dá ao ser humano a opção de o receber ou o banir do coração. Poderia forçar-lhe entrada; mas gentilmente bate à porta (cf. Ap 3,20). O verdadeiro amor demanda liberdade.

Embora pedra viva, o ser humano salvo é morto. No cristão, como já se referiu, morte e vida coexistem. A exemplo daquele que, em razão dos pecados nossos, morreu sobre o madeiro — e por esse próprio ato



—, o crente que com Cristo lança a sorte falece para o pecado e vive para a justiça (cf. 1Pd 2,24). Essa é a essência da metáfora batismal (cf. Rm 6,1-14), batismo esse que não implica remoção da sujeira física, mas “o compromisso de uma boa consciência diante de Deus” (1Pd 3,21, Nova Versão Internacional).

Semelhantemente, a transição de perdido para salvo, mediante intervenção divina, encontra terna ilustração na imagem das ovelhas outrora desgarradas que acharam a segurança do aprisco do Pastor, supremo Guardião das almas (cf. 1Pd 2,25; 5,4). Retornar a Cristo, o bom Pastor (cf. Jo 10,11), deve ser sempre nossa resposta ao Salvador que carregou nossos pecados (Wheaton, 1999).

Metaforicamente, também, o ser humano salvo é templo do Divino (cf. 1Co 6,19). O cristão não somente compõe na coletividade a habitação do Ser supremo (cf. 1Pd 2,5); ele *per se*, seu coração (mente, alma), é o lócus em que Cristo deve ser santificado como Senhor (cf. 1Pd 3,15). Essa habitação divina no humano viabiliza a elocução da fé, na confissão querigmática e apologética da “esperança que há em [nós]” (1Pd 3,15).

Não devemos entender o coração como nossa vida interior e privada, que são inacessíveis aos outros. O coração é a origem do comportamento humano (cf. 1Pd 1,22; 3,4), e dele flui tudo o que as pessoas fazem. Por conseguinte, separar Cristo como Senhor no coração não é meramente uma realidade particular, mas será evidente para todos quando os crentes sofrerem por sua fé. A vida interior e exterior são inseparáveis, pois o que acontece dentro será inevitavelmente mostrado a todos, especialmente quando alguém sofre (Schreiner, 2003, p. 173, grifo nosso).

O cristão, como humano peregrino, é chamado a viver uma norma de comportamento elevada, assumindo um proceder correto e reverente durante sua peregrinação. Tal conduta deve ser vivida à luz da paternidade divina, mas também em vista do papel de Deus como juiz equânime (cf. 1Pd 1,17). Citado pelo Árbitro universal, “competente para julgar vivos e mortos” (1Pd 4,5), deve o ser humano comparecer perante o “tribunal de Cristo” (2Co 5,10), do qual não há apelação.

E por que precisa o ser humano prestar contas a Deus? Porque é responsável. É ser humano capaz. Suas faculdades de dizer, fazer, narrar e imputar o qualificam como tal (Ricoeur, 2004, p. 105-122). Somos todos “dispenseiros da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10). Como mordomo da graça, é de responsabilidade do ser humano renascido



empregar prudentemente todo recurso a ele outorgado pelo Céu, de modo que redunde em bem ao próximo e glória para Deus (cf. 1Pd 4,10-11). Uma vez que todo dom procede do Divino, cabe ao humano usá-lo no interesse de seu reino e também “para o benefício uns dos outros dentro da comunidade e em harmonia com o propósito e desígnio de Deus” (Kistemaker, 1987, p. 169).

A mordomia que ao ser humano é atribuída tem seu fundamento na própria criação. É a Deus, fiel Criador, que deve o cristão encomendar-se na prática do bem, mesmo quando esta lhe custe o sofrimento (cf. 1Pd 4,19). Esse senso de devolver a Deus o que lhe pertence por direito de Fazedor se aprofunda no direito como Redentor. De Cristo, que pelo ser humano padeceu e morreu, pode o ser humano ser também coparticipante da imarcescível glória a ser revelada (cf. 1Pd 5,1.4). Logo, a responsabilidade divinamente atribuída não representa uma carga penosa ao ser humano convertido, mas um suave fardo que antecipa o doce desfrute das glórias do além.

Peregrino e frágil (embora, em Cristo, pedra viva), o ser humano precisa da poderosa mão divina a guiá-lo a cada passo. Sob essa mão, é exortado a se humilhar para que, em tempo oportuno, experimente exaltação (cf. 1Pd 5,6). Humilhar-se porque Deus resiste aos soberbos, enquanto é gracioso com os humildes (cf. 1Pd 5,5). Humilhar-se porque a elevação do eu é a raiz do pecado e do mal (cf. Ez 28,17). Humilhar-se porque a glória do ser humano deve vir de Outrem, jamais de si mesmo; de cima, jamais debaixo. Humilhar-se porque ao ser humano convertido convém que Cristo cresça, e ele diminua (cf. Jo 3,30). O fato de Deus ser misericordioso para com os humildes representa um chamado à humildade diante dele (Elliott, 2008, p. 849). A humildade tem sua recompensa — ela “precede a honra” (Pv 15,33). Assim foi com Cristo, cuja humilhação terrena foi seguida das glórias celestes (Butler, 2010, p. 232).

E ao se humilhar perante Deus, deve o ser humano contrito também lançar de si seus fardos de ansiedade e depositá-los todos aos pés daquele que do ser humano cuida (cf. 1Pd 5,7). De fato, “a verdadeira atitude cristã não é autoabandono ou resignação negativos, mas envolve, como expressão de auto-humilhação, a confiança positiva de si mesmo e de seus problemas a Deus” (Kelly, 1969, p. 208).

Sobre as simultâneas universalidade e individualidade do cuidado divino, Agostinho (2014, n.p.) refletiu: “Ó Bondade onipotente, que cuidas de cada um como se de um só cuidasses, e de todos como se



fossem um só” (Conf. III 11,19). Sob os cuidados paternais do Divino, o humano está seguro. Não está, porém, isento dos assédios do gênio do mal — leão tragador (cf. 1Pd 5,8). A esse deve o cristão resistir, com sobriedade, vigilância e firme fé (cf. 1Pd 5,9), fiado na certeza de que, por Deus — “o Deus de toda a graça” —, será aperfeiçoado, firmado, fortificado e fundamentado (cf. 1Pd 5,10). Eis o resultado bendito produzido no caráter dos crentes em meio ao sofrimento inevitável da vida cristã (Lacey, 1944, p. 92). Assim, o Divino sustém o humano e lhe concede paz (cf. 1Pd 5,14).

2 A relação do ser humano consigo mesmo (subjetividade)

Conquanto contristado, no presente tempo, por várias provações, o cristão exulta, pois, sua alegria está na consciência da salvação (cf. 1Pd 1,6). Tais provações, angústias de seu trilhar no mundo, servem-lhe para provar o valor de sua fé. Esse teste de fogo prova, como ao ouro, sua identidade e encarece sua qualidade removendo-lhe a escória (Derickson, 2010, p. 1147). Uma vez confirmada a autenticidade da fé, o resultado é glória e honra na revelação final do Cristo (cf. 1Pd 1,7). Nessa direção, White (2009, p. 10) reflete:

As provações da vida são obreiras de Deus para remover de nosso caráter impurezas e arestas. Penoso é o processo de cortar, desbastar, aparelhar, lustrar, polir; é desconfortável ser submetido à ação do esmeril. Mas a pedra é depois apresentada pronta para ocupar seu lugar no templo celestial. O Mestre não efetua trabalho assim cuidadoso e completo com material imprestável. Só as suas pedras preciosas são polidas, como colunas de um palácio.

Enquanto a alma internamente crê, ama aquele que não vê (ainda) e rejubila, processa-se nela também a salvação — alvo último daquela fé testada e aprovada pelo Céu (cf. 1Pd 1,8-9).

Dessa salvação anseia o ser humano saber e sobre ela indaga (cf. 1Pd 1,10), como se o vazio da existência o impelisse a preencher o coração com as agradáveis novas de um mundo melhor. Tal conhecimento procura obter, mas somente a Revelação o pode conferir. É pelo Espírito que o recebe. Espírito divino que condescende em habitar o humano e lhe inspirar os pensamentos (cf. 1Pd 1,10-11), pois é na mente que Deus fala.



Dessa mente — o entendimento, a *psique*, a alma — os lombos devem estar cingidos, prontos para a ação (cf. 1Pd 1,13). Pronto o crente deve estar também para exercer a sobriedade, a temperança, o autocontrole — virtude cardeal. E isso tudo em vista da graça que “está sendo trazida na revelação de Jesus Cristo” (1Pd 1,13). Nessa revelação progressiva do Cristo, que aponta para a revelação final (Nichol, 2014, p. 605), deve a mente concentrar-se por completo, depositando sua completa esperança (cf. 1Pd 1,13).

De tal esperança, “âncora da alma” (Hb 6,19), não deve o cristão demover-se para chafurdar na lama de sua antiga vida imoral (cf. 1Pd 1,14). Deve antes nutrir em si o anseio de ser santo, mirando o grande Exemplo, aquele que o chamou (cf. 1Pd 1,15-16).

Comprado pelo sangue do Homem-Deus, o cristão deve ter noção de seu preço. Não custa ouro e prata, perecíveis, mas a vida preciosa do eterno Filho de Deus (1Pd 1,18-19). É à luz do Calvário que o ser humano compreende seu real valor (White, 1887). Fundamento superno de sua verdadeira autoestima, a consciência de haver sido comprado pelo Divino dá ao ser humano o inestimável penhor da ligação entre o terreno e o celestial, e a infrustrável certeza de que a esperança encontrará seu correspondente perfeito na eternidade.

Assim assegurado o seu futuro, o ser humano convertido tem a garantia de que foi gerado de semente incorruptível (cf. 1Pd 1,23). A Palavra divina, que trouxe à existência céus e terra (cf. Gn 1; Sl 33,6), traz também a vida ao novo ser humano, que, apesar de mortal, partilha da potencial incorruptibilidade comunicada pela imperecível semente da qual é nascido. Pois, embora o ser humano seja transitório, fugaz, conquanto sua carne seja como a relva, e toda a sua formosura como a flor do campo, que fenece e cai, a Palavra, contudo, é eterna, pois vive e permanece para sempre (cf. 1Pd 1,23-25). Permanece “porque o Deus que a pronuncia é o eterno, fiel e poderoso que sempre cumpre suas promessas” (Walls; Anders, 1999, p. 15). Pela Palavra, a transitoriedade humana imerge na permanência divina; a fugacidade do ser humano se imiscui na eternidade de Deus.

Eivado, pela queda, de toda sorte de maldade, esse ser humano meio transitório meio eterno, tem em si, por concessão divina, o poder da decisão. Pode escolher se despojar do mal e apegar-se ao bem (cf. 1Pd 2,1). Não é arrastado pelas vagas implacáveis do determinismo. Tem liberdade, mesmo que não absoluta. Pode decidir vencer sua natureza



corrompida com a ajuda de Deus. Pode desejar ardentemente o que é bom e resistir aos desejos que o inclinam para o mal (cf. 1Pd 2,2). Mas como livre que é, não deve usar tal liberdade como escusa para a libertinagem, como pretexto para antinomismo (cf. 1Pd 2,16). Como peregrino no mundo, deve abster-se das paixões que militam contra a alma (cf. 1Pd 2,11). E não apenas por si mesmos devem os cristãos negar-se à concupiscência. Como estrangeiros e exilados, estão sob rigoroso escrutínio na terra de seu exílio (Roehrs; Franzmann, 1979, p. 262). Por isso, sua vida abstêmia é “também para manter um testemunho eficaz perante os incrédulos”, pois “um estilo de vida cristão positivo é um meio poderoso de convencer o mundo de seu pecado (cf. Mt 5,16)” (Raymer, 1985, p. 846).

Na alma contra a qual guerreiam as paixões, há um “ser humano interior” — *kardias anthrōpos* — “encoberto no coração” (1Pd 3,4, Almeida Corrígida Fiel), uma humanidade pela qual zelar, adornando-a com recato e beleza. Beleza moral, que, diferentemente daquela que expira e se apaga (cf. 2,24-25), permanece por seu estimado valor aos olhos de Deus.

É dessa alma, do ser interior, que o batismo se destina a tirar a impureza de uma consciência imprópria, mediante a conversão (cf. 1Pd 3,21). E nessa tarefa, o sofrimento é um auxílio, na medida em que aquele que sofre na carne as provações tende a deixar de lado a atração do mal (cf. 1Pd 4,1). Isso faz porque a dor rememora a fragilidade da vida, permitindo ao cristão, no tempo que lhe resta na carne, já não viver de acordo com as paixões humanas, mas segundo a vontade de Deus (cf. 1Pd 4,2). Visto de outra maneira, pode-se dizer também que é justamente por ter abandonado a vida pecaminosa que o cristão sofre — sofre a hostilidade do mundo, a oposição daqueles com quem não compactua (Wuest, 1997, p. 111).

A consciência da brevidade da vida inclui também a lembrança mais ampla do iminente desfecho do presente cosmo. “O fim de todas as coisas está próximo” (1Pd 4,7), razão pela qual se deve viver com sensatez e disciplina, em espírito de oração. Tal consciência leva — ou lhe cumpre levar — o ser humano ao amor e ao desprendimento em favor do próximo (cf. 1Pd 4,8-9).

Sob essa perspectiva, mesmo o fogo ardente da aflição não ofusca ao cristão o brilho de sua alegria, que se manifesta em partilhar dos sofrimentos de Cristo e ser bem-aventurado quando sofre injustamente,



quando padece para glorificar a Deus (cf. 1Pd 4,12-15). Essa é a psicologia dos mártires, dos que sublimam a dor, tirando dela o louvor, em vista de um nobre ideal, de um bem maior (Rueda Neto, 2013).

Outra lembrança que aguça o escrúpulo do cristão é a ciência de que o juízo começa pela casa de Deus (cf. 1Pd 4,17). “Deus começa pelo seu povo o processo para julgar e peneirar a humanidade” (Carson, 2014, p. 1275). Ele o faz porque é maior a responsabilidade do ser humano que conhece a verdade do que a daquele que a desconhece. É pelo seu povo que Deus começa a trazer juízo, pois a ele primeiramente escancarou as portas da graça, os privilégios do Reino. O cristão é ser humano responsável, pois conhece a Palavra. Custa-lhe às vezes cumpri-la, é fato, pois, embora santo, é ainda, naturalmente, pecador. Com dificuldade o justo é salvo — *mas é salvo*, e salvo pela graça! Por isso, sua condição é melhor que a do ímpio, pecador contumaz (cf. 1Pd 4,18; Ef 2,8).

Enquanto não chega, porém, o dia final, na alma do ser humano o conflito persiste, e as contradições também. Deve escolher entre servir a Deus e ao próximo por espontaneidade ou por abominável ganância (cf. 1Pd 5,2). Escolher se seguirá ansioso ou se lançará as inquietações do coração sobre o Carregador dos fardos humanos (cf. 1Pd 5,7). Se em Babilônia habitará feliz, embora acossado pelo inimigo (cf. 1Pd 5,13.8-9), ou se nos salgueiros do exílio pendurará sua harpa (cf. Sl 137,2). De tais decisões depende em grande parte a paz do ser humano que se acha unido a Jesus (cf. 1Pd 5,14).

3 A relação do ser humano com o outro (alteridade)

Como mencionado anteriormente, na pessoa do cristão, o humano é eleito pelo Divino (cf. 1Pd 1,1). Essa eleição fala de transcendência, convergência entre Deus e o ser humano, mas fala também de alteridade. A eleição é missiológica, querigmática; é por causa do outro. O cristão é “raça eleita”, não para alardear ostensivamente seu *status*, mas para proclamar as virtudes daquele que o transplantou das trevas para a luz (cf. 1Pd 2,9). E o querigma não faz sentido sem a figura do outro. O ato de pregar é bitransitivo em essência: quem prega prega *algo a alguém*. Quem anuncia as boas-novas o faz sempre a outrem. Dito de outro modo, a eleição é *por causa do outro* e não *em detrimento dele*. Somos vocacionados para proclamar ao próximo as proezas de Deus. “Se essa proclamação não acontecer, a vocação fracassa” (Holmer, 2008, p. 180).



Assim como os profetas do Antigo Testamento, que perscrutavam a verdade vindoura e ministravam o que lhes fora revelado para aqueles que viriam após si, tempos depois (cf. 1Pd 1,12), o cristão — e o ser humano em geral — *recebe para dar*, para compartilhar. E o que tem para dar é de sublime valor; é porta-voz de mistérios que os anjos anelam penetrar e amariam proclamar (cf. 1Pd 1,12). Tal privilégio, contudo, foi a eles vedado, mas ao ser humano, franqueado (White, 2004, p. 7-9).

No entanto, a fim de ser eficaz, a mensagem do Evangelho ao próximo deve ser azeitada sempre com amor — o próprio caráter de Deus (cf. 1Jo 4,8). A alma purificada pela obediência à verdade está habilitada a amar de todo o coração o semelhante, com amor fraterno, sincero, não fingido (cf. 1Pd 1,22). Isso inclui também o imperativo de viver de modo exemplar entre os demais humanos, que não creem. Tal conduta implica reconhecer a autoridade constituída de outro humano sobre si e respeitar a ordem social (cf. 1Pd 2,13-14). A prática do bem e um procedimento ilibado emudecem os insensatos e redundam em glória para Deus (cf. 1Pd 2,12.15). Agir com mansidão e respeito, mantendo a consciência limpa, constringe à vergonha os difamadores da fé (cf. 1Pd 3,16).

Espera-se que o cristão trate *todos* com honra (cf. 1Pd 2,17). Isso implica imparcialidade. Embora naturalmente egoísta e parcial, deve o filho de Deus esforçar-se por seguir o exemplo do Pai, que é juiz isento e não faz acepção de pessoas (cf. 1Pd 1,17). É forçoso que o outro seja visto como um *diferente na individualidade* (caso contrário, não se poderia reconhecê-lo como outro), mas deve ser aceito como um *igual na dignidade*.

Entretanto, a dignidade humana não se faz somente na honra e na exaltação. Como já se destacou, Deus exalta quem a ele se humilha (cf. 1Pd 5,6). De igual maneira, ao submisso, a quem, em face do sofrimento injusto, da aflição imposta, mantém-se resignado e conserva pura a consciência, a esse é assegurado o favor divino (cf. 1Pd 2,18-20), pois é bem-aventurado o ser humano que sofre por fazer o que é certo (cf. 1Pd 3,14). Essa relação entre dignidade e a resignação daquele que é maltratado por causa da justiça é bem ilustrada na pessoa do inocente Jesus, que injustamente e submisso padeceu pelo mais ilustre dos ideais: a salvação da humanidade (cf. 1Pd 2,21-24). O exemplo do divino e humano Mestre enobrece a dor do sofrimento imerecido e comprova ser melhor a escolha de sofrer por praticar o bem do que por perpetrar o mal (cf. 1Pd 3,17). Não se pode esquecer que “Jesus suportou a humilhação de boa vontade,



mas [depois] Deus o exaltou” (Clowney, 1988, p. 83). O mesmo fará o Senhor por seus filhos queridos que ora sofrem sem merecer.

Do ser humano submisso e digno, pede-se também afeto e respeito mútuo na construção de sua alteridade, a começar pela família, estendendo-se para a comunidade (cf. 1Pd 3,1-9). A fim de bendizer, e não amaldiçoar, o cristão é chamado (cf. 1Pd 3,9), pois o bem viver demanda temor a Deus, autodomínio e paz com o outro (cf. 1Pd 3,10-12). Por isso, é dever do ser humano enquanto humano — como ser moral, ético — zelar sempre pelo bem, pelo que é essencialmente bom (cf. 1Pd 3,13).

Isso inclui o amor que sobrepuja as faltas alheias, o serviço desinteressado e a hospitalidade sem murmuração (cf. 1Pd 4,8-10). Esta última é de especial importância, tendo em vista que tanto quem oferta acolhida quanto quem recebe é peregrino no mundo (cf. 1Pd 1,1.17; 2,11). Quem se reconhece como forasteiro numa terra que não é a sua não hesita em aliviar a jornada de outro viajor cansado. A hospitalidade aqui é símbolo da mais cândida alteridade, do reconhecimento do outro como um igual, que caminha para o verdadeiro lar, sustentado pela Providência. É a consideração pelo semelhante como quem padece fome e sede e carece de abrigo como nós. Vista dessa maneira, a atitude hospitaleira, pela qual se acolheram anjos outrora (cf. Hb 13,2), reflete a essência do amar ao próximo *como a si mesmo* (Lv 19,18).

Esse reconhecimento do outro como companheiro de jornada deve impedir o cristão de ceder ao impulso pecaminoso, abjeto, de dominar os que lhe são confiados e postos sob seus cuidados, consciente de que é colocado a liderar outros não porque seja melhor do que eles, mas para lhes servir de exemplo em boas obras, na maneira honesta de viver (cf. 1Pd 5,3). Nesse espírito, deve respeitar com igual humildade os viajeiros mais experientes, cuja bagagem acumulada dos anos vividos é valiosa na trajetória da existência (cf. 1Pd 5,5). Tal postura, modesta e respeitosa, lubrifica a engrenagem das relações humanas, enquanto o orgulho e a soberba a obstruem — motivo pelo qual, também, Deus “resiste aos soberbos” (1Pd 5,5).

Por fim, na jornada do peregrino cristão, a companhia benfazeja de outros viajantes, fiéis compartes que lhe apoiem as cansadas mãos, é de sumo valor (cf. 1Pd 5,12). Pois é enquanto habita a Babilônia de seus dias, o exílio da terrena peregrinação, que o ser humano promove, na relação com o outro, no amor altruísta, a sua própria paz (cf. 1Pd 5,13-14).



Considerações finais

“Nenhum homem é uma ilha”, disse o poeta inglês John Donne (2007, n.p.). Nada mais verdadeiro. Não é uma ilha porque mesmo esta se faz como tal na relação com o mar e o continente. Não pode o ser humano, e ente algum, privar-se da relação com outros entes — por mais que assim o queira. A singularidade só o é porque existe o outro, e se constrói na pluralidade. Sobretudo o ser humano, como criatura religiosa que é, não pode possuir humanidade plena sem a relação com o Outro transcendente. É o contato com o Divino que o faz verdadeiro humano, pois nesse toque avivam-se nele os traços da *Imago Dei*. E ao realçarem-se tais traços, realçam-se também as virtudes altruístas, pois, assim como a Divindade se desprende em amor para com sua criação, de igual maneira o humano renovado pela graça manifesta sentimentos viscerais em direção ao próximo, ao outro semelhante.

Nesta breve reflexão, procurou-se pôr a lume ideias quanto à transcendentalidade, subjetividade e alteridade humanas que se depreendem da Primeira Epístola de Pedro, material escriturístico sensível às vicissitudes arrostadas pelo gênero humano — representado na carta pela figura do cristão — num mundo hostil ao sumo bem. Da meditação levada a cabo, pode-se dizer em síntese que o ser humano, peregrino em seu exílio terrenal, só é pleno à medida que vive em conexão com o Divino e, desse encontro, faz fluir aos outros a corrente de amor e altruísmo que reflui em paz consigo mesmo, com o próximo e com Deus.

Referências

- AGOSTINHO, S. *Confissões*. Edição eletrônica. São Paulo: Paulus, 2014.
- BUNYAN, J. *O Peregrino*. São Paulo: Mundo Cristão, 2013.
- BUTLER, J. G. *1 & 2 Peter*. Analytical Bible Expositor. Clinton, IA: LBC Publications, 2010.
- CANALE, F. L. Doutrina de Deus. In: DEDEREN, R. (ed.). *Tratado de Teologia Adventista do Sétimo Dia*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011. p. 120-179.
- CARSON, D. A. 1 Pedro. In: BEALE G. K.; CARSON D. A. (ed.). *Comentário do Uso do Antigo Testamento no Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2014. p. 1243-1280.



CLEAVE, D. *1 Peter: Focus on the Bible Commentary*. Ross-shire, Grã-Bretanha: Christian Focus Publications, 1999.

CLOWNEY, E. P. *The Message of 1 Peter: The Way of the Cross. The Bible Speaks Today*. Leicester, Inglaterra: Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1988.

CONSTABLE, T. *Tom Constable's Expository Notes on the Bible*. [S.l.]: Galaxie Software, 2003.

DERICKSON, G. The First Epistle of Peter. In: WILKIN, R. N. (ed.). *The Grace New Testament Commentary*. Denton, TX: Grace Evangelical Society, 2010. p. 1143-1169.

DESCARTES, R. *O Discurso do Método*. Edição eletrônica. São Paulo: Lafonte, 2020.

DONNE, J. *Meditações*. Edição eletrônica. São Paulo: Landmark, 2007.

ELLIOTT, J. H. *1 Peter: A New Translation with Introduction and Commentary*. The Anchor Yale Bible. New Haven: Yale University Press, 2008.

HOBBS, T. *Leviatã: Matéria, Palavra e Poder de uma República Eclesiástica e Civil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

HOLMER, U. *Primeira Carta de Pedro*. Comentário Esperança. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2008.

KELLY, J. N. D. *The Epistles of Peter and of Jude*. Black's New Testament Commentary. Peabody, MA: Hendrickson Publishers, 1969.

KISTEMAKER, S. J. *Exposition of the Epistles of Peter and the Epistle of Jude*. New Testament Commentary. Grand Rapids, MI: Baker Book House, 1987.

LACEY, H. *God and the Nations*. Kilmarnock: John Ritchie, 1944.

LEEUW, G. *Fenomenologia della Religione*. Turim: Boringhieri, 2002.

LOPES, H. D. *Comentário Expositivo do Novo Testamento: Epístolas Gerais e Apocalipse*. São Paulo: Hagnos, 2019.

MCKNIGHT, S. *1 Peter: The NIV Application Commentary*. Grand Rapids, MI: Zondervan Publishing House, 1996.

NICHOL, F. (ed.). *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia*. Tatuí. v. 7. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2014.



RAYMER, R. M. 1 Peter. In: WALVOORD, J. F.; ZUCK, R. B. (ed.). *The Bible Knowledge Commentary*. v. 2. Wheaton: Victor Books, 1985. p. 837-858.

RICHARD, E. *Reading 1 Peter, Jude, and 2 Peter: A Literary and Theological Commentary*. Reading the New Testament Series. Macon: Smyth & Helwys Publishing, 2000.

RICOEUR, P. *Percurso do Reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2004.

ROEHRS, W. H.; FRANZMANN, M. H. *Concordia Self-Study Comen-tary*. St. Louis: Concordia Publishing House, 1979.

ROUSSEAU, J. J. *Do Contrato Social*. São Paulo: Pillares, 2013.

RUEDA NETO, E. A psicologia dos mártires. In: CRIACIONISMO. [S. l.]. 23 abr. 2013. Disponível em: <http://www.perguntas.criacionismo.com.br/2013/04/a-psicologia-dos-martires.html>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SCHREINER, T. R. *1, 2 Peter, Jude*. The New American Commentary. Nashville: Broadman & Holman Publishers, 2003.

SPENCE-JONES, H. D. M.; EXELL, J. S. (ed.). *1 Peter*. The Pulpit Commentary. Bellingham, WA: Logos Research Systems, 2004.

WALLS, D.; ANDERS, M. *I & II Peter, I, II & III John, Jude*. Holman New Testament Commentary. Nashville: Broadman & Holman Publishers, 1999.

WHEATON, D. H. 1 Peter. In: CARSON, D. et al. (ed.). *Nuevo Comen-tario Bíblico: Siglo Veintiuno*. Edição eletrônica. Miami: Sociedades Bíblicas Unidas, 1999.

WHITE, E. G. Courage for the Right. *The Signs of the Times*, 24 fev. 1887.

WHITE, E. G. *O Maior Discurso de Cristo*. Tatuí, São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2009.

WHITE, E. G. *Serviço Cristão*. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

WHITE, E. G. *Testemunhos Para a Igreja*. v. 4. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

WIERSBE, W. W. *Wiersbe's Expository Outlines on the New Testament*. Wheaton, IL: Victor Books, 1992.

WUEST, K. S. *Wuest's Word Studies from the Greek New Testament: For the English Reader*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1984.